



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CCJC
AO PROJETO DE LEI Nº 709, DE 2023**

(Apensados: PLs nºs 724/2023, 895/2023, 1.940/2023 e 3.301/2023)

Estabelece restrições e impedimentos para invasores e ocupantes ilegais de propriedades rurais e urbanas em todo o território nacional

Autor: Deputado MARCOS POLLON
Relator: Deputado RICARDO SALLES

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece restrições e impedimentos para invasores e ocupantes ilegais de propriedades rurais e urbanas em todo o território nacional, inclusive aqueles constantes do Sistema de Controle de Tensões e Conflitos Agrários (CTCA);

Art. 2º Aquele que praticar crime de Invasão de domicílio (art. 150, Código Penal) ou crime de Esbulho possessório (art. 161, §1º, inciso II, Código Penal) fica proibido:

I - de contratar com o poder público em todos os âmbitos federativos, por oito anos, contados do trânsito em julgado da condenação;

II - de se inscrever em concursos públicos ou processos seletivos para a nomeação em cargos, empregos ou funções públicos, por oito anos, contados do trânsito em julgado da condenação;

III - de ser nomeado em cargos públicos comissionados, por oito anos, contados do trânsito em julgado da condenação; e

IV - de receber auxílios, benefícios e demais programas do Governo Federal por oito anos, contados do trânsito em julgado da condenação.

§1º Caso o condenado seja beneficiário de auxílios, benefícios e programas sociais do Governo Federal, tenha contratos com o poder público federal, tenha cargo público efetivo ou comissionado, este será desvinculado compulsoriamente, respeitados o contraditório e a ampla defesa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

§2º Equipara-se, para fins do disposto nessa lei, aquele que invade terreno ou edifício alheio, público ou privado, com o objetivo de forçar o Estado, ou quaisquer de seus agentes, a fazer ou a deixar de fazer algo ou a executar políticas públicas, inclusive, as que se relacionam à reforma agrária ou à demarcação de terras indígenas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de abril de 2024.

Deputada CAROLINE DE TONI
Presidente

